

Desempenho da indústria em 2002: retomada lenta

*Maria Lucrécia Calandro**

*Silvia Horst Campos**

*Economista da FEE e
Professora da PUCRS.
Economista da FEE e
Professora da PUCRS.*

A evolução da atividade industrial brasileira, medida pelo índice de produção física do IBGE, ao longo do período jan.-out./02, confirmou a retomada da fase de crescimento da atividade fabril. No primeiro quadrimestre, o comportamento do indicador acumulado na série livre de influências sazonais mostrou que, com exceção de março, houve aumentos mensais, levando a um acréscimo acumulado de 8,6% entre outubro do ano passado e abril de 2002 (Campos, 2002). Essa recuperação, no entanto, perdeu fôlego nos meses seguintes devido às dificuldades observadas no cenário internacional, à retração do fluxo de capitais dos países centrais para os países emergentes, sobretudo latino-americanos, e às incertezas quanto ao resultado das eleições presidenciais e, por conseguinte, dos rumos da política econômica do novo governo. Esses eventos afetaram negativamente as expectativas dos agentes financeiros e causaram elevações sucessivas na cotação do dólar a partir do segundo semestre de 2002. Na primeira quinzena de outubro, a moeda norte-americana atingiu a maior cotação (R\$ 4,00) desde a implantação do Plano Real.

A desvalorização do real teve um impacto positivo sobre a produção industrial, apesar do elevado patamar das taxas de juros e da contração do mercado interno. Além do aumento da produção de itens já exportados pelo País, as constantes e sucessivas elevações do dólar incentivaram a fabricação interna de alguns produtos e insumos importados, cujos preços se elevaram substancialmente. Esse processo de substituição de importações, contudo, de caráter e alcance diferentes do ocorrido na economia brasileira no passado,

* As autoras agradecem os comentários e sugestões à versão preliminar do texto efetuadas por Clarisse Chiappini Castilhos, bem como o apoio técnico fornecido pelo estagiário Marcos Vinicius Guterres Ibias.

ficou restrito a alguns segmentos industriais. A sua continuidade depende da realização de novos investimentos que possibilitem a ampliação da capacidade instalada, hoje em dia muito próxima do seu limite.

Impulsionada pelas exportações, a produção industrial voltou a crescer no segundo semestre de 2002, inicialmente a taxas bem modestas. No mês de outubro, porém, praticamente todos indicadores de desempenho industrial calculados pelo IBGE mostraram uma clara retomada da trajetória de crescimento. As previsões a respeito da taxa acumulada no ano apontam um percentual mais elevado, visto que, nos meses de novembro e dezembro, ocorrem, normalmente, aumentos na produção física, o que é explicado pela ocorrência de efeitos sazonais favoráveis.

A mesma tendência de expansão da produção da indústria pode ser comprovada quando se analisam outras pesquisas sobre o desempenho industrial, como é o caso da pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Para o mês de outubro, foram identificadas melhorias nas variáveis vendas e horas trabalhadas na produção. Este último aumento

“(...) sugere que a indústria recompôs estoques diante de vendas que surpreenderam positivamente. Mas a expansão das vendas também embute algum efeito da mudança de preços relativos, não inteiramente eliminada quando os valores nominais são deflacionados. Esse efeito é mais visível nos setores voltados à exportação” (Indic. Econ. CNI, 2002).

Uma outra evidência da retomada do crescimento da atividade industrial apontada na pesquisa da CNI é o grau de utilização da capacidade instalada, que, em outubro, atingiu o maior percentual (82,6%) da série histórica iniciada em 1992, tanto nos dados originais quanto nos dessazonalizados.

A expansão da produção possibilitou que a indústria retornasse à trajetória, ainda que moderada, de crescimento. No período jan.-out./02, a produção industrial, medida pelo índice de produção física acumulado do IBGE, alcançou a taxa de 1,9%. Porém o forte movimento de desvalorização cambial — acumulado de 57,5% no período jan.-nov./02 — pressionou os custos industriais e começou a ser repassado para o varejo, gerando uma contínua e persistente elevação no nível de preços da economia.

“Era um típico choque de oferta, com realinhamento de preços. Mas sua persistência começou a contaminar outros preços da economia. Numa segunda fase, atingiu a cadeia de produtos comercializáveis com o exterior, principalmente os alimentícios. A terceira fase ainda não se iniciou e deve atingir os preços dos serviços que, com a perspectiva de alta da inflação, serão reajustados.” (Suma, 2002, p. 14-15).

Para diminuir as pressões inflacionárias e “(...) reduzir o espaço para repasses dos aumentos do dólar para os preços” (Suma, 2002, p. 15), o Governo adotou novas medidas de política monetária de caráter contracionistas: elevações nas taxas de juros e no compulsório dos bancos.

Após as eleições e conhecidos os condutores da política econômica do novo governo, “(...) as expectativas dos mercados financeiros tornaram-se mais estáveis”, abrindo, com isso, espaço para a queda do dólar, a recuperação do mercado de ações e o aumento da capacidade de renovar a dívida pública (Bol. Conj., 2002, p. v). A redução das oscilações na cotação do dólar, além de melhorar as condições do País de acesso ao crédito externo, favorece, também, o fechamento de contratos entre empresas exportadoras e seus clientes, visto que garante uma maior previsibilidade.

Embora tenha ocorrido uma diminuição das pressões inflacionárias no final do ano, para evitar a propagação do choque inflacionário, o Banco Central continuou a implementar uma política monetária restritiva. A manutenção dessas políticas por um prazo longo obstaculizará a continuação da expansão da produção industrial no próximo ano.

Aos entraves internos à expansão da produção da indústria brasileira, somam-se, ainda, as dificuldades impostas pela demora na recuperação da economia mundial, devido, sobretudo, à lenta recuperação norte-americana, à desaceleração da economia européia e à recessão no Japão. A superação dessas dificuldades irá depender do grau de variação do preço do petróleo e dos desdobramentos do conflito Iraque *versus* Estados Unidos.

Em 2002, último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, o tema política industrial¹ voltou ao centro do debate, devido, principalmente, à necessidade de aumentar o superávit comercial e de reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira, através de aumentos nas exportações e da substituição competitiva das importações. Os defensores da implantação de uma política industrial ativa²

¹ Na década de 90, não foi implementada uma política industrial, entendida esta como um conjunto de ações coordenadas, realizadas por agentes tanto públicos quanto privados, com o objetivo de aumentar a competitividade e de fortalecer e diversificar o parque industrial. “As ações se dirigiram ao aumento da exposição da indústria brasileira à concorrência externa por meio da abertura comercial e as ações do BNDES.” (Política..., 2002). A exceção ficou por conta do amplo conjunto de incentivos e benefícios fiscais concedidos à indústria automobilística. Sem entrar na discussão dos acertos e das distorções gerados pela implantação de tal política, deve-se, no entanto, destacar o fato de que o resultado foi a modernização, a renovação e a ampliação da capacidade de fabricação e montagem de veículos automotores no País.

² A crítica à política industrial remonta, basicamente, aos anos 80, originada na constatação de que as políticas adotadas ao longo dos anos 60 e 70 permitiram construir um parque industrial completo e diversificado, porém com elevados graus de heterogeneidade tecnológica.

baseiam-se na constatação de que diversos países recorrem, com certa frequência, ao uso de medidas especiais de suporte e de incentivos ao setor industrial, sobretudo para os setores ligados ao novo paradigma tecnológico. Nos anos 80, países desenvolvidos e alguns em desenvolvimento criaram diversos mecanismos pró-mercado, que permitiram a expansão da produção industrial desses países e o aumento no comércio mundial.

Nos debates sobre rumos da economia brasileira no próximo ano, diversos economistas, empresários e políticos propuseram medidas de desenvolvimento industrial, desde o uso seletivo de velhos instrumentos até a introdução de novos mecanismos de política industrial. Aparecem como pontos em comum entre os defensores dessas medidas a promoção das exportações, o desenvolvimento de inovações tecnológicas e a distribuição regional do desenvolvimento (Neumann, 2002, p. A12).

A implementação dessas medidas, no entanto, esbarram no conjunto de restrições impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos principais obstáculos colocados pelas novas regras refere-se ao Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (Trims), que impede a prática de atração de empresas mediante a concessão de benefícios fiscais em troca de metas de exportação. O Governo, através do Itamaraty, vem buscando obter uma maior flexibilidade nessas regras, nas negociações realizadas no âmbito da OMC. A idéia é "(...) assegurar a possibilidade de exigir das empresas compromissos de exportação" (Rittner, 2002). A utilização desse instrumento seria muito importante no caso do segmento de componentes eletrônicos, no qual o País apresenta grandes deficiências.

Além disso, não foi estimulada a capacidade de gerar internamente inovações tecnológicas. À sombra de um conjunto de medidas protecionistas, diversos setores industriais mantiveram-se defasados em termos de tecnologia e de práticas de gestão mais atualizadas, uma vez que não enfrentavam concorrentes nos mercados interno e externo. Os setores que se voltaram para o mercado externo, ao contrário, foram mais expostos à concorrência e, dessa forma, tornaram-se competitivos. A política industrial pode ser de corte horizontal, quando é direcionada para a indústria, sem especificar setores ou cadeias produtivas, ou vertical, quando são escolhidos setores ou cadeias. São, em geral, de caráter transitório e com objetivos definidos. Estas devem ser aplicadas em (a) setores que já são competitivos, de modo a capacitá-los a enfrentar a concorrência externa, mantendo mercados e conquistando novos compradores; e (b) na implantação e no desenvolvimento de complexos industriais, de produtos de maior valor agregado e elevado conteúdo tecnológico, como é o caso do complexo eletrônico (Política..., 2002). As críticas são maiores no caso da política de cunho vertical, visto que privilegia um setor em detrimento de outros.

Retomada moderada da produção da indústria brasileira em 2002

Em 2001, o racionamento de energia elétrica e as elevações sucessivas no dólar e na taxa de juros criaram um ambiente de forte instabilidade e de incerteza na economia brasileira, o que fez com que fosse revertida a trajetória de crescimento da produção industrial observada no ano anterior. O desempenho do setor industrial no acumulado em 12 meses, no entanto, não mostrou um comportamento tão ruim quanto se previa em meados do ano: o índice de produção física, calculado pelo IBGE, registrou a taxa de 3,2% no ano, resultado impulsionado pelo crescimento da produção nos meses de novembro e dezembro.

Apesar desse bom resultado, as perspectivas para 2002, após um ano de desaceleração no ritmo de crescimento, não eram muito promissoras, considerando-se a persistência do ambiente externo desfavorável: desaceleração do nível de atividade na Europa, retração da economia norte-americana, recessão no Japão e crise argentina, quadro que praticamente não se alterou em 2002.

Os primeiros resultados sobre a variação da produção física em 2002, no entanto, apontavam a continuação da retomada do seu crescimento. Essa recuperação, porém, foi adiada para o segundo semestre, devido, sobretudo, à instabilidade que atingiu a economia brasileira, decorrente da forte oscilação do dólar. Convém ressaltar que essa tendência é observada nos índices livres de influências sazonais³.

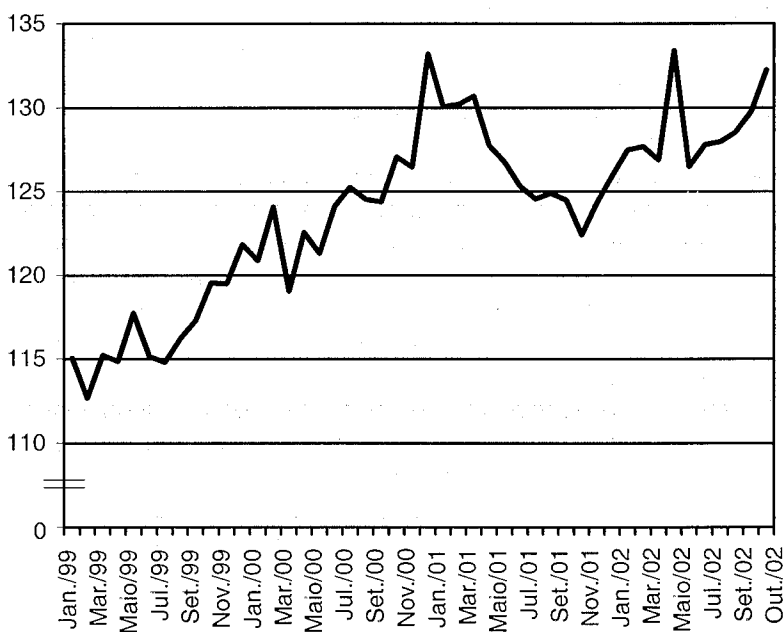
A retomada do crescimento dos níveis de produção industrial é melhor evidenciada pela análise do Gráfico 1, que mostra a evolução do índice de produção desazonalizado para um espaço de tempo mais longo. Constata-se pelo gráfico que, descontadas as quedas verificadas em março e maio, a recuperação da produção física teve início já no final de 2001 e prosseguiu ao longo do período

³ A avaliação dos índices acumulados no ano, consideradas as influências sazonais, mostra que, ao longo dos cinco primeiros meses do ano, as taxas acumuladas desse indicador se mantiveram nulas ou negativas. A partir de junho, as taxas passaram a ser positivas, sinalizando a retomada da trajetória de crescimento, alcançando, em outubro, o quinto mês consecutivo de crescimento tanto no acumulado do ano quanto no mensal. Nesse mês, a produção física cresceu 8,1% em relação a outubro de 2001, taxa bastante elevada em razão da comparação com novembro de 2001, mês de pico do racionamento de energia elétrica, quando a taxa chegou ao patamar mais baixo. Já no caso do indicador acumulado em 12 meses, a trajetória de recuperação não é tão evidente, visto que, no segundo semestre, ainda foram registradas taxas de crescimento negativas. A explicação para esses comportamentos é o efeito estatístico: elevada base de comparação no primeiro semestre de 2001 e o contrário no segundo, quando se aprofundou a desaceleração da atividade industrial.

ora analisado — jan.-out./02. A expansão, ainda que moderada, da produção industrial tornou-se mais evidente no segundo semestre de 2002, quando os bons resultados contrariaram as previsões de continuidade da desaceleração da atividade produtiva da economia brasileira realizadas no final do ano anterior.

Gráfico 1

Evolução mensal do índice de produção física da indústria
geral no Brasil — jan./99-out./02



FONTE: PRODUÇÃO física; número-índice (1999-2002). Rio de Janeiro: IBGE.

Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 19 dez. 2002.

NOTA: Índice de base fixa com ajuste sazonal (base média de 1991 = 100).

Embora a recuperação da atividade fabril já viesse ocorrendo desde o final de 2001, esse movimento somente adquiriu maior consistência com as variações positivas na produção física de outubro. Segundo o IBGE, nesse mês, o crescimento ocorreu de forma mais generalizada tanto por setores quanto por categorias de uso, “(...) o que caracteriza uma retomada mais firme da atividade industrial” (Pesquisa..., 2002). Além disso, a expansão da produção não ficou limitada aos segmentos fabricantes de artigos direcionados ao mercado externo, de petróleo, gás e seus derivados e de produtos da agroindústria, que vinham sustentando o crescimento até então. Os índices de evolução da produção física já mostravam uma melhoria na produção de bens de consumo final, como, por exemplo, o aumento na produção de automóveis e de partes e componentes (Pesquisa..., 2002).

A análise dos dados por categorias de uso apresentada na Tabela 1 mostra que, em 2002, todos os segmentos tiveram um desempenho pior do que o observado no ano anterior, notadamente bens de capital, com contração de 1,4% na produção do período jan.-out./02 em relação a jan.-out./01. Parte desse fraco desempenho pode ser explicado pelo comportamento do segmento produtor de equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica, cuja produção se tornou pequena em 2002, quando comparada com o pico de produção realizado em 2001. Ademais, o segmento vem sofrendo com os “(...) impasses do setor elétrico, [com] o adiamento da construção de usinas termoeletricas e [com] o difícil cenário externo [que] nublam o horizonte de produção dos bens de capital sob encomenda” (Campos, 2002, p. 64). Em face dessas dificuldades, as melhores taxas de crescimento da produção em 2002, à semelhança do que vem ocorrendo em anos anteriores, caberá ao segmento produtor de tratores e colheitadeiras agrícolas, cuja expansão vem sendo estimulada pelo programa do Governo Federal de apoio à renovação e à ampliação da frota (Moderfrota) e, também, pelas boas safras agrícolas colhidas nos últimos anos.

A liderança no crescimento industrial, no período analisado, ficou com o segmento produtor de bens intermediários, embora com uma taxa de crescimento modesta (2,4%). Nesse segmento, estão concentrados os setores industriais responsáveis pelo dinamismo da indústria brasileira em 2002, que compreendem a fabricação de petróleo, gás e seus derivados, de produtos ligados à agroindústria e produtos de exportação.

Os produtores de bens de consumo duráveis repetiram, em 2002, o fraco desempenho do ano anterior, resultado do ambiente externo contraído. A fraca performance vem sendo resultado, principalmente, da implementação de políticas econômicas contracionistas, adotadas para enfrentar a instabilidade provocada pela explosão na cotação do dólar e na aceleração da inflação. A maioria dos segmentos integrantes desse setor enfrentou grandes dificuldades no ano

analisado, tanto no mercado interno, devido à elevação nas taxas de juros, com conseqüente encarecimento e redução do crédito, quanto na redução das vendas externas, como é o caso das montadoras de veículos leves.

Tabela 1

Taxa de crescimento mensal e acumulada da produção física da indústria,
por categoria de uso, no Brasil — 2001/02

SEGMENTOS			(%)
	ACUMULADA NO ANO (1)		ACUMULADA EM 12 MESES (2)
	2001	2002 (3)	2002 (3)
Bens de capital	-4,0	-1,4	-1,5
Bens intermediários	-2,0	2,4	1,1
Bens de consumo	1,3	0,8	0,3
Duráveis	-2,9	1,6	-1,0
Semiduráveis e não duráveis	2,5	0,6	0,7
Indústria geral	-1,3	1,9	0,9

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE.
Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 dez. 2002.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100. (3) Disponível até outubro.

O setor de autoveículos apresentou taxas de crescimento negativas em todos os segmentos de produção: veículos leves, automóveis, caminhões e ônibus. Os piores desempenhos ficaram com os comerciais leves e caminhões, que, juntos, tiveram uma queda de mais de 20% em 2002 em comparação com o total produzido em 2001. O recuo de 3,0% na produção de ônibus reflete a retração observada no ramo material de transporte, mais especificamente no item carrocerias para ônibus, ocorrida no Estado de Santa Catarina.

As montadoras de automóveis registraram uma recuperação da produção nos meses finais de 2002, porém o total de veículos produzidos ficou bem aquém das previsões iniciais e, mais importante, abaixo do nível de capacidade instalada

na indústria. Ou seja, foram montados 1,8 milhão de unidades para uma capacidade instalada de 2,3 milhões aproximadamente (Tabela 2 do Anexo Estatístico da Indústria). Para 2003, as montadoras prevêem cenário igualmente desfavorável, porém acreditam que esse poderá ser o “ano da virada”, com os balanços voltando a ser positivos em 2004. Para alcançar esse objetivo, os fabricantes apostam no crescimento das exportações, visto que as vendas para o mercado interno tendem a permanecer estagnadas no próximo ano (Silva, 2002).

Com a retração da produção, as relações entre montadoras e fabricantes de autopeças tornaram-se mais conflituosas, especialmente no que se refere à divisão do custo de ajuste ao menor nível de produção. De acordo com pesquisa realizada pelo Sindipeças, o segmento de autopeças amargou, em 2002, um prejuízo de 28,27%, decorrentes dos menores reajustes de preços em relação ao aumento de custos ocorridos nesse ano. Uma das principais dificuldades do setor é a de falta de matérias-primas, como é o caso do aço e do alumínio,

“(...) cujos fabricantes, em vista de melhores oportunidades, voltam-se para o mercado externo. Na maior parte dos casos, o desabastecimento ocorre como forma de pressão para forçar reajustes de preços. A indústria prevê faturamento de US\$ 10 bilhões neste ano, o que representará queda de 12,3% em comparação ao ano passado” (Olmos, 2002, p. B-7).⁴

Em 2002, os fabricantes de produtos eletrônicos enfrentaram a crise mais severa dos últimos anos. Atingidos, por um lado, pela forte contração das importações e, por outro, pelas sucessivas elevações da taxa de juros e pela implementação de medidas para enxugar a liquidez, o setor sofreu uma brutal redução da produção. “A saída dos fabricantes para driblar a crise tem sido concentrar-se em produtos mais caros. As empresas continuam investindo em lançamentos.” (Facchini, 2002, p. B1).

O segmento de bens semiduráveis e não duráveis alcançou uma taxa de crescimento pouco superior a zero, refletindo a queda na renda dos consumidores, o encarecimento e a dificuldade na obtenção de crédito. Nesse ano, de modo semelhante ao que ocorreu em anos anteriores, a necessidade de se adotarem políticas monetárias contracionistas, dessa vez para enfrentar, principalmente, as fortes pressões inflacionárias, retraiu a demanda interna de bens de consumo.

⁴ A avaliação sobre os custos de produção de componentes para veículos foi feita pelo Sindipeças, com base em uma pesquisa com 60 empresas filiadas, cujo faturamento representa 33% do total faturado pelo setor (Olmos, 2002).

Uma análise mais desagregada dessas informações pode ser vista na Tabela 2, onde aparecem os índices de produção física, agrupados por classes e gêneros industriais, para o período jan.-out./02, tendo como base de comparação igual período do ano anterior. As informações da tabela permitem ver que, embora a maior parte dos gêneros pesquisados tenham registrado, no indicador acumulado jan.-out./01, taxas de crescimento negativas, é clara a trajetória de recuperação. A questão que se coloca é se essa recuperação é sustentável, visto que diversos entraves ao crescimento da produção não serão equacionados em 2003, sobretudo os de caráter externo. O destaque fica com o gênero fumo, que, mesmo tendo registrado taxas de crescimento decrescente, obteve um excelente desempenho, 24,0%, no período analisado. Impulsionado pelo crescimento das exportações, principalmente para o mercado europeu, a produção de fumo vem crescendo, apesar da queda no consumo de cigarros no País.

Ainda com contribuições positivas para a formação da taxa de crescimento da atividade industrial aparecem, no período analisado, os gêneros mecânica (7,1%), farmacêutica (4,6%) e produtos alimentares (4,6%). A mecânica repetiu a boa performance verificada em anos anteriores, estimulada tanto pelas vendas no mercado interno quanto pelas exportações, principalmente de tratores e colheitadeiras agrícolas. O bom desempenho do gênero produtos alimentares é explicado, principalmente, pelo substancial crescimento das exportações de produtos vinculados ao agronegócio, enquanto o mercado interno se encontra quase estagnado. Dentre os produtos exportados, destacam-se a carne suína, cujo volume exportado teve um aumento de 100%, o que contrabalançou a redução de preços, e a soja e seus derivados — farelo e óleo (Minist. Agricult., 2003).

Dentre os gêneros que tiveram taxa de crescimento negativa no período jan.-out./02, destaca-se material elétrico e de comunicações (-11,7%), cujas empresas foram severamente afetadas pelas sucessivas elevações do dólar. O encarecimento dos componentes importados e a redução da demanda da construção civil, praticamente estagnada em 2002, levaram a cortes substanciais na produção.

De modo geral, do ponto de vista espacial da atividade fabril, observa-se a generalização e/ou a intensificação da tendência de crescimento da produção física industrial verificada em nível nacional. O número reduzido de locais pesquisados pelo IBGE que experimentaram queda na produção em outubro, na comparação com igual mês do ano anterior (Bahia e Santa Catarina) *vis-à-vis* às taxas de variação majoritariamente positivas dos indicadores acumulados, também comparado com o do mesmo período em 2001, não deixa dúvida quanto à melhora do ritmo de crescimento da produção física industrial (Pesquisa..., 2002).

Tabela 2

Taxa de crescimento acumulada da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Brasil — jan.-out./02

CLASSES E GÊNEROS	(%)			
	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN-OUT
INDÚSTRIA GERAL	-2,14	0,45	1,09	1,89
Indústria extrativa mineral	8,44	11,65	11,97	12,95
Indústria de transformação	-3,45	-0,87	-0,18	0,61
Minerais não-metálicos	-4,70	-2,54	-2,08	-1,49
Metalúrgica	-4,00	-1,49	0,27	1,29
Mecânica	-0,92	3,29	5,46	7,01
Material elétrico e de comunicações	-13,59	-11,9	-12,16	-11,73
Material de transporte	-5,40	-4,89	-3,25	-1,07
Madeira	-3,44	-2,86	-2,64	-2,31
Mobiliário	2,80	1,49	1,24	1,46
Papel e papelão	0,26	0,38	1,05	1,51
Borracha	-6,19	-2,04	-1,21	-0,08
Couro e peles	-11,61	-7,26	-6,11	-5,19
Química	-1,74	1,07	0,77	1,21
Farmacêutica	17,37	9,04	4,64	4,59
Perfumaria, sabões e velas	-5,68	-4,29	-1,82	-0,14
Produtos de matérias plásticas	-4,64	-4,21	-3,45	-2,31
Têxtil	-6,32	-1,83	-1,19	-1,22
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-5,27	-1,43	-1,58	-1,89
Produtos alimentares	-1,22	3,41	4,08	4,61
Bebidas	-6,94	-3,61	-1,70	-0,44
Fumo	34,31	24,22	24,63	24,04

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2002.

NOTA: Os dados têm como base o índice acumulado em igual período do ano anterior = 100.

Entretanto os principais fatores que sustentaram a expansão da indústria brasileira em 2002 — setores produtores de petróleo, gás e seus derivados e minério de ferro, da agroindústria e de outros voltados para o mercado externo — afetaram os estados de maneira diferenciada. No Rio de Janeiro e no

Espírito Santo, conforme pode ser observado na Tabela 3, o registro de taxas de crescimento marcadamente positivas em todas as bases de comparação dos indicadores de produção física calculados pelo IBGE comprova a importância da indústria extrativa mineral na estrutura industrial desses estados. Máquinas e implementos agrícolas e fertilizantes, fungicidas e herbicidas respondem, por sua vez, pelos maiores impactos positivos no crescimento das indústrias gaúcha e paranaense, enquanto produtos alimentares para exportação, sobretudo açúcar, suco de laranja, aves abatidas, óleo de soja e carne bovina, se destacam em praticamente todos os locais pesquisados — à exceção do Ceará. No caso da indústria mineira, os impactos positivos vindos das indústrias têxtil e de produtos alimentares não conseguiram neutralizar a influência negativa do desempenho das indústrias química e de material de transporte.

Tabela 3

Taxa de variação dos indicadores conjunturais da indústria,
por locais pesquisados, no Brasil — out./01-out./02

(%)

ESTADOS PESQUISADOS E BRASIL	OUT/02 (1)	ACUMULADA DE 12 MESES (2)	ACUMULADA JAN-OUT (3)
Ceará	0,2	0,1	-1,9
Pernambuco	12,9	-2,3	-2,4
Bahia	-1,3	-1,4	-0,6
Minas Gerais	9,0	-0,5	-1,9
Espírito Santo	22,2	8,7	6,0
Rio de Janeiro	20,2	11,6	9,1
São Paulo	5,0	-2,1	-2,1
Paraná	6,4	0,9	0,5
Santa Catarina	-4,7	-2,7	-2,2
Rio Grande do Sul	8,1	4,1	3,0
Brasil	8,9	1,9	0,9

FONTE: PESQUISA industrial mensal: produção física regional – outubro. Indicadores IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtm>
Acesso em: 18 dez. 2002.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100. (3) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

Os principais desempenhos negativos ocorreram em Pernambuco, São Paulo e, principalmente, Santa Catarina, os dois últimos basicamente em razão do encarecimento de componentes importados e do decréscimo na fabricação de material elétrico e de comunicações, tão estimulada no ano imediatamente anterior devido ao racionamento de energia elétrica em boa parte dos estados brasileiros. As taxas acumuladas negativas de Pernambuco (-2,3% e -2,4%) refletem a contração das indústrias têxtil e, principalmente, de produtos alimentares.

O Rio Grande do Sul, estado em que a importância da indústria extrativa mineral é reduzida, ocupou o terceiro lugar em termos do desempenho acumulado no ano até outubro e do indicador anualizado (acumulado nos últimos 12 meses), respectivamente, 4,1% e 3,0%. Embalado pela boa performance de segmentos da agroindústria de expressão em sua estrutura produtiva, esse estado exibiu taxas de crescimento bem superiores à média nacional. Destacaram-se a espetacular expansão da produção de bens de capital para fins agrícolas, a fabricação de ônibus, reboques e semi-reboques e o beneficiamento de fumo em folha, voltado para o setor externo.

Indústria gaúcha em 2002: trajetória de expansão

Após uma perda de dinamismo da atividade produtiva, que se fez presente no final do primeiro semestre de 2002, observou-se uma relativa retomada do ritmo de crescimento da indústria do Rio Grande do Sul ao longo do segundo semestre, de sorte que as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto da indústria superaram as expectativas do início do ano e, mais uma vez, alçaram o Estado a uma situação mais favorável do que a nacional.

De acordo com estimativas preliminares realizadas pela Fundação de Economia e Estatística, o crescimento da economia gaúcha em 2002 atingiu a marca de 1,8%, um pouco acima da taxa de 1,4% projetada pelo IPEA e de 1,5% estimada pelo IBGE para o Brasil. A maior contribuição positiva foi dada pelo setor industrial, o qual cresceu 3,8%. A indústria de transformação foi o setor produtivo que mais se destacou em 2002, com uma expansão de 5,4%, compensando as quedas nas demais atividades industriais. Essa taxa mostrou-se marcadamente superior às estimativas para a indústria brasileira geral efetuadas pelo Departamento de Contas Nacionais do IBGE, que, com base nos três primeiros trimestres do ano, apontavam um crescimento de apenas 0,8%. Conforme já foi observado em artigos anteriormente publicados nesta

Revista, essa performance diferenciada reflete as estruturas industriais específicas nos níveis federal e estadual, a importância do setor exportador para as mesmas e os estágios tecnológicos em que se situam (Calandro; Campos, 2002).

A expansão da indústria gaúcha foi favorecida pelo incremento das exportações industriais, que cresceram mais no Estado do que no País pelos resultados altamente positivos do setor agrícola brasileiro e pela base de comparação deprimida no segundo semestre do ano passado. Assim como no Brasil, à exceção do bom desempenho dos segmentos produtores de petróleo, gás e seus derivados, que não são produzidos no Estado, sobressaiu-se a boa performance da agroindústria e dos setores voltados para o mercado externo para a sustentação do ritmo da produção industrial em 2002.⁵

Apesar do comportamento mais favorável, os níveis de produção não vêm se elevando em consonância com a necessidade de geração de empregos e renda no Estado. Em 2002, o Rio Grande do Sul, tal como o Brasil, ressentiu-se dos impactos da excessiva oscilação da taxa de câmbio e da manutenção da taxa de juros domésticos em patamar elevado, juntamente com a diminuição do ritmo da atividade econômica e o encolhimento do mercado interno em razão da queda dos rendimentos reais dos trabalhadores. Além disso, a crise argentina, que praticamente sustou as exportações para aquele país, foi particularmente problemática para o Rio Grande do Sul, tendo em vista a sua grande importância como parceiro comercial após a criação do Mercosul (Atividade..., 2003).

Desse contexto, podem-se extrair algumas constatações relevantes. A primeira refere-se à comprovação da importância do mercado externo na dinâmica do crescimento estadual e às consequências das alterações cambiais na performance da indústria gaúcha. A segunda evidencia que o amplo processo de reestruturação da indústria gaúcha estimulado pela abertura comercial, acompanhado de uma forte onda de investimentos que ampliou a capacidade de produção e a diversificação da matriz industrial no Estado, viu-se travado pelas condições macroeconômicas que caracterizaram a economia brasileira no período analisado.⁶ Já a análise efetuada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) chama atenção para as consequências do término do período de maturação dos investimentos realizados: “Na medida em que não mais existem os efeitos multiplicadores destes investimentos, o Estado do Rio Grande do Sul começa a mostrar sinais de esgotamento no que diz respeito ao desenvolvimento econômico sustentável” (Balanço ..., 2002, p. 26).

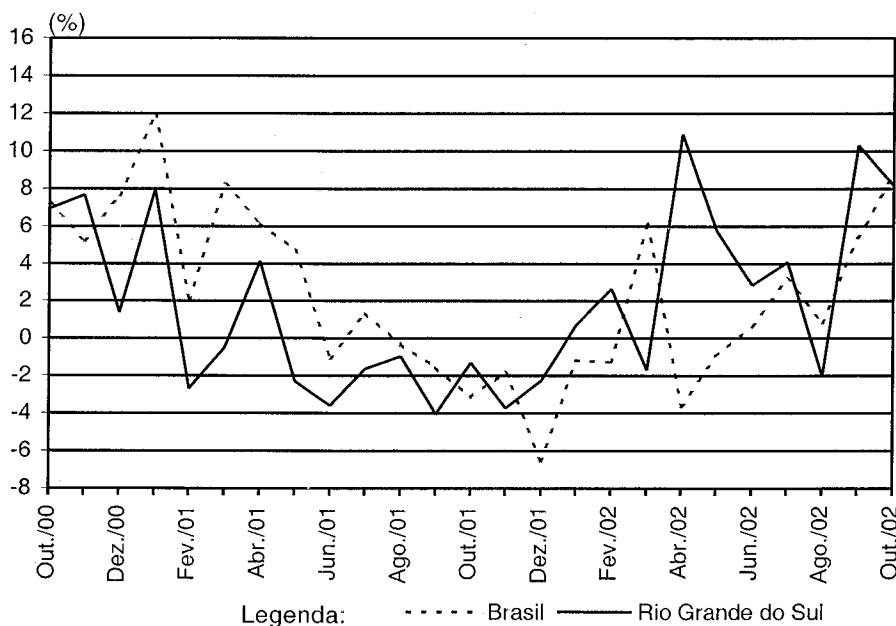
⁵ O resultado da atividade fabril no Rio Grande do Sul é, em grande medida, associado à performance da agropecuária tanto a jusante como a montante das cadeias produtivas da atividade primária.

⁶ Alguns desses fatores já foram comentados por Lima (2001) em sua análise do desempenho da indústria gaúcha, em 2000.

A recuperação das atividades fabris regional e nacional, que se firmou ao longo do segundo semestre, pode ser evidenciada na análise do comportamento dos indicadores mensais de produção física por classes de indústria (extrativa mineral e de transformação), calculados pelo IBGE e exibidos no Gráfico 2. Em primeiro lugar, verifica-se que, em 2002, as taxas voltaram a ser positivas e com tendência claramente ascendente, começando pela indústria gaúcha. Março e agosto foram os únicos meses do ano em que a taxa mensal foi negativa. No caso da indústria brasileira, a passagem para variações positivas ocorreu apenas em abril, firmando-se a partir de junho. Confirmou-se, assim, o ainda tímido movimento de recuperação das produções fabris nacional e regional, detectado na análise sobre a evolução da indústria no primeiro quadrimestre do ano (Campos, 2002a). Revela-se, dessa forma, uma situação de trajetórias de crescimento semelhantes, embora com percentuais de magnitude diferenciados, refletindo as composições diferentes de sua estrutura industrial.

Gráfico 2

Taxas de crescimento da produção física da indústria geral do Brasil
e do Rio Grande do Sul — out./00-out./02



FONTE: PRODUÇÃO física; número-índice (2000-2002). Rio de Janeiro: IBGE.

Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 18 dez. 2002.

NOTA: Os índices têm como base o mesmo mês do ano anterior.

A segunda observação baseada na análise do Gráfico 2 diz respeito à alternância presente no comportamento das taxas de crescimento em níveis nacional e regional. Durante todo o ano de 2001, com exceção de outubro e dezembro, a indústria brasileira registrou taxas mais favoráveis (mesmo quando negativas) do que as da indústria gaúcha. Já em 2002, ocorreu uma inversão desse comportamento, e a indústria do Rio Grande do Sul experimentou variações superiores às da média nacional em todos os meses, com exceção de agosto e outubro.

O interessante a destacar é que essa alternância, já detectada em análises anteriores desta revista, parece acompanhar os movimentos de recuperação ou de declínio da atividade industrial. Na fase de aceleração, observam-se taxas mensais de crescimento da indústria gaúcha superiores às do Brasil, ocorrendo o contrário nos períodos de desaceleração. Tal constatação pode estar refletindo uma maior sensibilidade da indústria gaúcha aos fatores que vêm determinando o comportamento da economia brasileira, principalmente no que se refere à importância do mercado externo e da agroindústria na dinâmica de crescimento do Rio Grande do Sul.

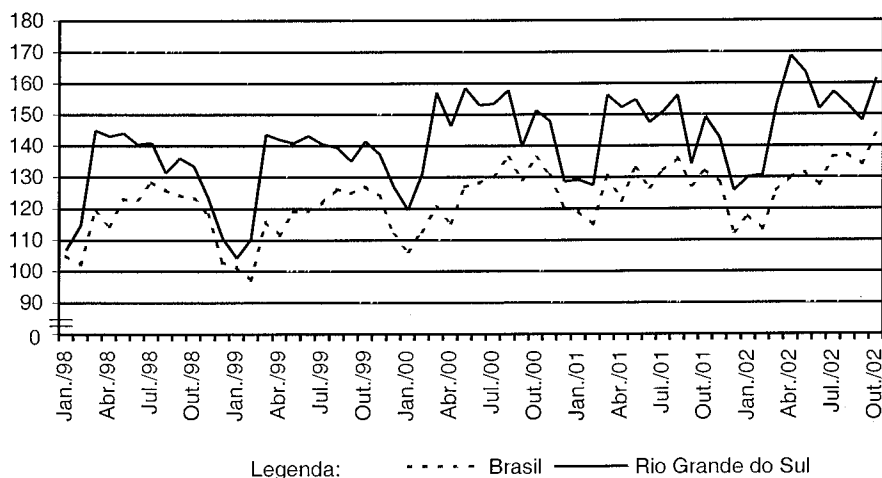
A alternância observada, contudo, não tem influenciado de forma substantiva o comportamento de longo prazo do patamar em que se desenvolve a atividade industrial nos espaços em análise. Com base na evolução dos índices de produção física — base fixa, sem ajustamento sazonal — apresentados no Gráfico 3, a indústria gaúcha apresentou níveis superiores ao longo de toda a série considerada.

O comportamento dos índices mostra um padrão sazonal bem definido, refletindo, também, os períodos de expansão e de retração do ritmo de crescimento da produção física industrial. Nesse sentido, por exemplo, pode-se visualizar uma mudança de patamar a partir do final de 1999, provavelmente associada aos efeitos da desvalorização do real no início daquele ano, bem como a retração da produção industrial em 2001 e o aquecimento em 2002.

A recuperação da indústria gaúcha, com a passagem de taxas de crescimento negativas para positivas, também pode ser observada na Tabela 4, que apresenta a evolução das variações dos indicadores acumulados no ano e em 12 meses (anualizadas), sempre confrontadas com igual período do ano anterior. Até outubro de 2002, última informação disponível por ocasião do fechamento desta revista, a indústria gaúcha acumulava um crescimento de 4,12% nos 10 primeiros meses do ano e de 2,98% no indicador anualizado. O destaque positivo para a formação da taxa global no acumulado do ano coube à produção de máquinas e equipamentos para a agricultura, ao beneficiamento do fumo em folha e à produção de caminhões, reboques e semi-reboques e ônibus completos. Em termos de impactos negativos, por sua vez, sobressaíram-se os decréscimos na fabricação de sapatos femininos, armários de madeira e chapas e placas de madeira.

Gráfico 3

Evolução mensal do índice de produção física da indústria geral
no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./98-out./02



FONTE: PRODUÇÃO física; número-índice (1998-2002). Rio de Janeiro: IBGE.

Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 19 dez. 2002.

NOTA: Índices de base fixa sem ajuste sazonal (base 1991 = 100).

O Índice de Desempenho Industrial do Rio Grande do Sul (IDI-RS), calculado pela FIERGS com base em uma média ponderada de seis outros indicadores conjunturais⁷, também aponta a recuperação do nível de atividade na indústria. A taxa acumulada até novembro de 2002 alcançou 1,8% (foi 1,9% até outubro), e a acumulada em 12 meses, 1,4%, ambas refletindo, em grande medida, a expansão das vendas e das compras industriais nos mercados interno e externo (respectivamente, 2,3% e 2,2%) e das horas trabalhadas na produção (4,7%). O registro negativo restringiu-se à diminuição dos salários reais (-2,3%), em razão

⁷ O IDI-RS consiste em uma média ponderada das vendas e das compras industriais, das horas trabalhadas na produção, da utilização da capacidade instalada, dos salários e do emprego na indústria de transformação.

da queda nos rendimentos dos trabalhadores industriais, e à menor utilização da capacidade instalada (-0,9%). Considerando o corte por gêneros industriais, na mesma base de comparação, a FIERGS reporta, também, um "(...) bom desempenho na esmagadora maioria de seus gêneros, com destaque para os segmentos ligados ao agronegócio e às exportações" (Desempenho..., 2003). As melhores performances ficaram por conta de mecânica, material de transporte e química, e os piores, por produtos alimentares (preços dos insumos) e bebidas.

Tabela 4

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria do Rio Grande do Sul — out.-dez./01-jan.-out./02

ANOS E MESES	ACUMULADAS NO ANO (1)	ACUMULADAS EM 12 MESES (2)
2001		
Até out.	-0,67	-0,14
Até nov.	-0,95	-0,78
Até dez.	-1,05	-1,05
2002		
Até jan.	0,70	-1,54
Até fev.	1,66	-1,14
Até mar.	0,38	-1,24
Até abr.	3,21	-0,62
Até maio	3,75	0,09
Até jun.	3,60	0,64
Até jul.	3,67	1,13
Até ago.	2,91	1,03
Até set.	3,66	2,16
Até out.	4,12	2,98

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número-índice (2001-2002). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 23 dez. 2002.

(1) Os dados têm como base o índice acumulado em igual período do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base o índice acumulado dos 12 meses anteriores = 100.

No que tange à ocupação da mão-de-obra na indústria, por sua vez, a lenta retomada do ritmo de crescimento, num ambiente de turbulências que dominaram a economia nacional, não foi suficiente para repor as perdas de postos de trabalho formais ocorridas na Região Metropolitana de Porto Alegre ao longo do ano. Entre dezembro de 2001 e novembro de 2002, foram perdidos 16.000 postos de trabalho no setor industrial, o que corresponde a uma taxa de -5,7% (Inf. PED, 2002), mesmo assim, a menor do Brasil. Por sua vez, os resultados em nível da indústria no Estado como um todo foram menos desfavoráveis. As contribuições mais expressivas para a geração de empregos em 2002 vieram do setor calçadista, da mecânica, do mobiliário e da metalúrgica (Balanço..., 2002).

O desempenho segundo os gêneros industriais

Considerando o acumulado jan.-out./02 comparado com igual intervalo de 2001, constata-se que metade dos gêneros industriais ainda registrou recuo na produção fabril. É esperado, contudo, um abrandamento dessa situação com a incorporação dos índices de novembro e dezembro na esteira do processo de recuperação do ritmo de crescimento da indústria, que vem se firmando principalmente ao longo do segundo semestre do ano.

As taxas de crescimento relativas ao indicador mensal de produção (comparação do mês com igual período do ano anterior) do mês de outubro reforçam essa linha de argumentação. Conforme mostrado na Tabela 5, apenas cinco dos 18 gêneros pesquisados mantiveram taxas negativas, de modo que, a continuar a ocorrência de avanços na produção em novembro e dezembro, o acumulado do ano deve trazer uma diminuição no número de recuos na atividade fabril, até mesmo em razão do efeito estatístico representado pela fraca base de comparação referente a 2001⁸.

A evolução acumulada dos gêneros ao longo de 2002 reflete a trajetória ascendente já identificada e comentada anteriormente. A maior parte deles evoluiu favoravelmente, seja passando de taxas negativas para positivas, como, por exemplo, em metalúrgica e couros e peles, seja diminuindo a magnitude dos recuos de produção experimentados, tal como ocorreu em material elétrico e de comunicações e na química, seja, ainda, aumentando as taxas que já eram positivas, que foi o caso da mecânica.

⁸ Em outubro de 2001, em plena fase de desaceleração da atividade industrial, o indicador mensal de produção física industrial no Rio Grande do Sul apontava taxas negativas em 11 gêneros industriais (Calandro; Campos, 2002).

Tabela 5

Taxas de crescimento acumuladas da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Rio Grande do Sul — jan.-dez./01-jan.-out./02

CLASSES E GÊNEROS	OUT/02 (1)	ACUMULADAS NO ANO (2)	
		2001	
		Jan.- -out.	Jan.- -dez.
INDÚSTRIA GERAL	8,13	-0,68	-0,95
Extrativa mineral	15,97	-16,14	-15,97
Indústria de transformação	8,11	-0,62	-0,89
Minerais não-metálicos.....	-3,21	1,58	1,80
Metalúrgica.....	13,98	-3,50	-3,98
Mecânica.....	16,52	19,57	17,06
Material elétrico e de comunicações.....	23,94	-6,53	-9,97
Material de transporte.....	15,85	5,71	4,76
Madeira.....	-12,94	-8,03	-8,10
Mobiliário.....	7,32	7,15	5,40
Papel e papelão.....	16,29	-2,86	-2,00
Borracha.....	5,79	3,38	-0,04
Couros e peles.....	8,76	-10,29	-10,98
Química.....	13,70	-7,98	-7,58
Perfumaria, sabões e velas.....	7,91	-4,23	-8,13
Produtos de matérias plásticas.....	0,97	-5,22	-7,38
Têxtil.....	-17,19	9,00	5,57
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-8,86	-4,08	-2,91
Produtos alimentares.....	-3,06	-3,71	-2,81
Bebidas.....	-3,60	-10,14	-6,07
Fumo.....	74,20	-5,59	-5,42

(continua)

Tabela 5

Taxas de crescimento acumuladas da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Rio Grande do Sul — jan.-dez./01-jan.-out./02

CLASSES E GÊNEROS	ACUMULADAS NO ANO (2)			
	2002			
	Jan.- -mar.	Jan.- -jun.	Jan.- -set.	Jan.- -out.
INDÚSTRIA GERAL	0,38	3,67	3,66	4,12
Extrativa mineral	2,48	-2,37	-4,49	-2,73
Indústria de transformação	0,37	3,69	3,69	4,14
Minerais não-metálicos.....	-18,67	-2,72	-6,28	-5,97
Metalúrgica.....	-3,49	-0,99	1,39	2,69
Mecânica.....	13,52	18,24	20,20	19,73
Material elétrico e de comunicações.....	-20,37	-8,08	-4,44	-2,01
Material de transporte.....	17,86	12,75	9,43	10,08
Madeira.....	-17,87	-20,88	-21,10	-20,36
Mobiliário.....	-10,15	-9,04	-9,48	-7,34
Papel e papelão.....	6,32	0,88	2,59	4,06
Borracha.....	-11,53	-8,61	-8,44	-7,00
Couros e peles.....	-5,64	-1,22	0,80	1,63
Química.....	-12,13	-2,97	-2,57	-1,09
Perfumaria, sabões e velas.....	-32,73	-9,16	-0,08	0,78
Produtos de matérias plásticas.....	-4,36	-6,38	-5,40	-4,77
Têxtil.....	-8,05	-7,92	-9,03	-9,81
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.....	-2,24	-3,13	-5,23	-5,69
Produtos alimentares.....	2,51	3,42	2,78	2,15
Bebidas.....	15,56	1,28	0,74	0,37
Fumo.....	50,61	31,33	33,74	33,07

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2001-2002). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2002.

(1) Índice mensal com base em igual mês do período anterior. (2) Índice acumulado com base em igual período do ano anterior = 100.

Com base na análise da Tabela 5, constata-se, também, uma forte concentração em alguns gêneros, sendo a dinâmica do crescimento da indústria local definida por segmentos ligados à agroindústria e ao setor exportador. O desempenho marcadamente positivo dos gêneros mecânica, fumo e material de transporte, ao longo de todo o período analisado, não só compensou a performance negativa de metade dos gêneros pesquisados, como também sustentou a taxa global acumulada do primeiro semestre em diante (respectivamente, 3,56%, 3,66% e 4,12%), haja vista serem os únicos a conseguir taxas superiores ao agregado. Além desses três gêneros, sobressaem-se o desempenho positivo de produtos alimentares e a contribuição negativa de mobiliário e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, tendo em vista seu peso na composição do produto industrial.

A melhora da performance da indústria gaúcha foi favorecida, de um lado, pelo aumento da demanda interna (principalmente da demanda interindustrial) dos produtos industriais do Rio Grande do Sul num contexto de convivência com as “(...) turbulências que dominaram a economia nacional” (Panorama..., 2003), tais como a elevação dos custos dos insumos, a carga tributária, a política monetária restritiva e a instabilidade financeira. De outro lado, concorreu para a trajetória expansiva a superação das dificuldades impostas aos setores exportadores, dentre elas, a retração do comércio internacional, a piora nos preços internacionais de *commodities* agrícolas e industriais, o desaquecimento das economias norte-americana e européia e a crise argentina, para os que tinham na Argentina o seu principal parceiro comercial. A perda da capacidade de compra dos importadores argentinos, em consequência do agravamento das condições políticas, econômicas e financeiras daquele país, impôs a necessidade de redirecionamento da produção para o mercado interno ou para outros países.

Os fabricantes gaúchos adotaram estratégias de diversificação de mercados, que estão se consolidando em 2002, juntamente com a gradativa superação dos demais fatores restritivos acima apontados, e o resultado já pôde ser percebido no final do ano, quando o valor das exportações acumuladas nos primeiros 11 meses cresceu 0,05% em relação a igual período de 2001, consistindo no primeiro resultado positivo dessa variável em 2002.

Mecânica desponta como a contribuição mais importante para a formação do resultado global da indústria, em 2002, repetindo a performance dos dois anos anteriores. Trata-se, aqui, da produção de máquinas e implementos agrícolas, que tem crescido de modo espetacular nos últimos três anos, amparada, essencialmente, pelo programa da modernização da frota agrícola, o Moderfrota, que financia cerca de 90% das vendas desses bens no mercado interno, segundo informações divulgadas pelo Sindicato das Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers). Esse programa já liberou R\$ 5,5 bilhões a juros reduzidos desde sua criação, em

março de 2000, recursos que permitiram a renovação de 26,6% da frota de colheitadeiras e de 18,6% da de tratores de roda no País (Saueressig, 2002). Conforme salienta o Presidente da Anfavea, “(...) se a reposição da frota nacional se mantiver no ritmo atual, até 2006 teremos uma frota de máquinas agrícolas semelhante à de países europeus e à dos Estados Unidos”⁹ (Franco, 2002, p. A-16).

É claro que outros fatores, como a sucessão de boas safras agrícolas, o crescimento da renda agrícola, a valorização do dólar e as receitas das exportações do *commodities*, cujos preços vêm se recuperando no mercado internacional, também alavancaram a produção desses bens. No Rio Grande do Sul, pode-se dizer que o setor exportador foi indiretamente um grande impulsionador do crescimento da produção industrial de máquinas e implementos agrícolas, na medida em que gerou demanda para a aquisição de novos equipamentos.

De acordo com a Anfavea, a produção de máquinas agrícolas no Brasil foi 17,6% superior à de 2001, as vendas no mercado interno, 19,8%, e as exportações, 26,4%, dados que atestam a excelente performance dessa indústria no Brasil (Carta da Anfavea, 2003). Grande parte desse sucesso reverte para o Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que, nele, se localiza o maior parque industrial produtor de máquinas e implementos agrícolas no País.¹⁰ O Rio Grande do Sul é responsável por 54% da produção nacional desses bens: 53% no caso de tratores e 65% no que se refere a colheitadeiras (Anu. Estat. Industr. Autom. Br., 2002).

Os pesados investimentos efetuados pelas empresas em tecnologia e inovação possibilitaram um aumento substancial de escala e elevaram a produtividade e a competitividade do setor tanto no mercado interno como no externo. Atualmente, as máquinas agrícolas produzidas no País possuem potência e nível tecnológico semelhantes aos dos grandes fabricantes mundiais, o que, associado ao preço competitivo, garante o acesso a mercados antes não acessíveis. Prova disso são as exportações brasileiras desses bens, com

⁹ De acordo com o Presidente da Anfavea, estima-se que, em 2006, mais de 75% da frota nacional de tratores e colheitadeiras terão uma idade média de sete anos. Atualmente, ela é composta por 25% de máquinas até sete anos, 50% de máquinas com idade média de 15 anos e 25% com 20 anos, em média (Franco, 2002, p. A-16).

¹⁰ Localizam-se no Rio Grande do Sul as empresas AGCO, maior produtora e exportadora nacional de tratores, a John Deere, maior produtora e exportadora nacional de colheitadeiras, e a Agrale, maior produtora nacional de tratores de pequeno porte, com até 49cv de potência, atendendo, prioritariamente, ao mercado interno. A maior concorrente na produção de tratores e colheitadeiras é a paranaense New Holland e a paulista Valtra, no caso de tratores.

destaque para tratores de rodas, que somaram 10.421 unidades, o equivalente a 20% da produção anual, o que corresponde a 26,4% na comparação com 2001. O preço médio negociado, contudo, foi inferior ao do ano passado, de sorte que o valor das exportações cresceu apenas 17,4% (Carta da Anfavea, 2003).

Além de máquinas agrícolas, a indústria mecânica gaúcha destacou-se em outros segmentos em 2002, tais como a produção e a exportação de caldeiras, máquinas diversas, aparelhos de ar condicionado, etc. É importante observar que esse desempenho favorável ocorreu apesar das dificuldades havidas com o abastecimento de aço no mercado interno brasileiro, uma vez que as usinas fornecedoras de aços planos demandados pela indústria mecânica redirecionaram parcela significativa de sua produção para o mercado externo, atraídas pelo câmbio desvalorizado. A consequência foi a elevação substancial no preço dessa matéria-prima, com reajustes entre 42% e 52%, dependendo do tipo de produto.

A segunda maior contribuição positiva para a formação da taxa global da indústria gaúcha foi dada pelo gênero fumo, mais especificamente pelo processamento de fumo em folha, que vem apresentando um crescimento extraordinário nos últimos anos (a produção de cigarros, de maior valor agregado, é reduzida). Todas as taxas acumuladas ao longo de 2002 foram positivas, sempre superiores a 30%, marca que, provavelmente, se manterá até o fechamento dos dados anuais. O excepcional desempenho desse gênero, que atingiu, em março, abril e maio desse ano, o pico produtivo da série de indicadores mensais de base fixa calculados pelo IBGE, foi favorecido pelo incremento superior a 20% da colheita de fumo na safra 2001/2002. O Rio Grande do Sul colhe metade do fumo produzido no Brasil, seguido de Santa Catarina e Paraná, mas é responsável pelo processamento de, aproximadamente, 75% da produção total, pois possui o maior parque fabril do setor, localizado na região de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo.¹¹ O Estado também é líder na exportação do produto processado, negociando com cerca de 70 países, mas, principalmente, com a União Européia (45%), os Estados Unidos (20%) e o Extremo Oriente (20%). Mais de 80% das exportações nacionais são de procedência gaúcha, favorecidas pela boa qualidade e pelo preço competitivo do produto gaúcho (Trevisan, 2002).

Material de transporte é o terceiro gênero em importância na formação da taxa global da indústria no Rio Grande do Sul, com um crescimento de 10,08% no acumulado jan.-out. no confronto com o mesmo período de 2001. O resultado

¹¹ As grandes empresas fumageiras instaladas na região continuam investindo na construção de novas plantas e na ampliação das já instaladas, bem como na manutenção de uma rede de produtores integrados, colaborando com a construção de estufas e galpões e fornecendo assistência técnica com vista à diversificação de culturas e à proteção do meio ambiente.

do mês de outubro (15,85%) — comparação com o mesmo mês do ano anterior — sinaliza a manutenção de taxas acumuladas anuais elevadas.

A boa performance desse gênero decorre, em grande parte, do processo de reestruturação da cadeia automotiva no Estado. A introdução acelerada de inovações tecnológicas e organizacionais, associada aos esforços de capacitação produtiva e tecnológica mediante associações (*joint-ventures*), e de acordos tecnológicos com empresas de outros países trouxe expressivas modificações para essa indústria. É importante esclarecer que essas considerações referem-se à montagem e à fabricação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, microônibus, carrocerias, chassis, autopeças, partes e acessórios para veículos de médio e grande portes, excluindo-se a planta da GM, que produz automóveis e que ainda não foi incorporada à pesquisa do IBGE.

Embora com menor concentração espacial do que na fabricação de fumo, as empresas que fazem parte da cadeia produtiva de ônibus e caminhões/reboques/semi-reboques se localizam, prioritariamente, no eixo Porto Alegre—Caxias do Sul, em especial neste último. A existência de empresas de grande porte favoreceu a formação de um grande número de pequenas e médias unidades fabris que se especializaram na prestação de serviços, realização de etapas do processo produtivo ou de peças e/ou partes específicas demandadas pelas montadoras. Como salienta um empresário da região: “(...) a extensão dos benefícios do desenvolvimento tecnológico ao cinturão de empresas que cerca a Marcopolo, em Caxias do Sul, transformou a região num pólo produtor de autopeças para veículos pesados e teve impacto direto no seu desenvolvimento” (Rodrigues, 2002, p. 23). A produção é vendida para os mercados interno e externo, mas algumas empresas vêm privilegiando as exportações, até porque a demanda interna por ônibus e caminhões se mostrou enfraquecida em 2002.

Em termos do desempenho dos principais segmentos que compõem o gênero, 2002 foi especialmente favorável para a produção de ônibus e microônibus voltados para a exportação. As carroçarias gaúchas, de modo geral, vêm investindo pesado em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, buscando aumentar seu espaço no mercado externo. A Marcopolo, por exemplo, exporta veículos e tecnologia de produção desses veículos para países como África do Sul, Argentina, Colômbia, México e Portugal e informa que 64% de seu faturamento provém das exportações efetuadas. Com relação ao mercado interno, detecta-se uma demanda potencial elevada. A ausência de uma política efetiva de valorização do transporte coletivo na maioria das grandes cidades, especialmente quanto à criação de vias expressas para ônibus, acaba desestimulando os investimentos na renovação das frotas.

Por sua vez, os fabricantes de sistemas automotivos e de implementos para transporte rodoviário — com destaque para a Randon — contribuíram

significativamente para o bom desempenho do gênero e participaram de modo expressivo na composição do gênero material de transporte no Rio Grande do Sul. Esse segmento direciona sua produção, prioritariamente, para o mercado interno, embora também venha tentando ampliar sua participação no mercado externo. As exportações de chassis com motor a diesel e de motores, por exemplo, cresceram muito em 2002.

Dentre os gêneros industriais com desempenho negativo nos primeiros 10 meses do ano, e que possuem maior peso na composição do produto industrial, destacaram-se mobiliário (-7,34%) e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-5,69%). Ambos apresentaram taxas negativas nos indicadores acumulados de 2002, embora suas taxas evoluíssem de modo inverso. Enquanto a performance de mobiliário mostra uma tendência de recuperação, o desempenho de vestuário e calçados é claramente declinante, sinalizando a piora de uma situação que já era desfavorável.

Respondendo por cerca de 90% das vendas da indústria do mobiliário, o mercado interno despontou como o principal responsável pelo desempenho negativo do gênero em 2002. Fatores como a deterioração do poder aquisitivo dos consumidores potenciais, a manutenção da taxa de juros domésticos em patamar elevado, os altos reajustes no preço dos insumos (de até 60% em alguns casos), a escassez de alguns insumos no mercado, juntamente com a diminuição do ritmo da atividade econômica frustraram as estimativas de crescimento da produção realizadas no início do ano.

O mercado externo também não se mostrou favorável para essa indústria em 2002, novamente contrariando as estimativas de um aumento de até 20% nas vendas externas dos produtos do mobiliário em comparação com 2001, como resultado da abertura de novos mercados, tais como Índia, Rússia, China, México e Japão, do crescimento das vendas para os Estados Unidos e da retomada das exportações para a Argentina. O que se observou foi que o avanço advindo dos dois primeiros fatores não foi suficiente para compensar a perda do mercado argentino, tendo em vista que a Argentina era o principal parceiro comercial do setor moveleiro gaúcho até 2000.

O setor, contudo, possui grande potencial exportador, e as empresas continuam alterando a sua linha produtiva, investindo em novos produtos com maior valor agregado e buscando qualidade garantida por meio de obtenção de certificações para aumentar sua competitividade no mercado internacional. "Destaca-se o esforço em superar as deficiências ainda existentes na área de *design*, as quais têm sido consideradas o ponto mais vulnerável dessa indústria (...) e conseguir melhor aproveitamento de matérias-primas alternativas e de diferentes espécies de madeiras." (Campos, 2002b, p. 6).

Por último, salienta-se a manutenção do recuo na produção do gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos, representado, no Rio Grande do Sul,

essencialmente pela fabricação de calçados, que responde por cerca de 20% do valor total das exportações gaúchas e faz parte de uma importante cadeia produtiva do Estado. Essa indústria vem emergindo de um longo período de dificuldades de toda a ordem, mas que passam, essencialmente, pela competitividade do calçado gaúcho no mercado internacional. A concorrência com calçados de procedência asiática, tanto nos mercados já tradicionalmente ocupados pelo produto gaúcho quanto no próprio mercado interno brasileiro, levou a uma ampla reestruturação do setor, que buscou devolver a competitividade a essa indústria.

Entretanto a grande dependência do mercado externo (cerca de 70% da produção é exportada) acarreta uma enorme sensibilidade à taxa de câmbio vigente a cada momento, situação que se agrava frente à evidente concentração dos mercados para onde o produto gaúcho é exportado. Assim, a política de valorização cambial, que foi revertida no início de 1999 e que começou a dar resultados positivos em 2000, quando o gênero cresceu 4,96%, foi seguida pela desaceleração da economia norte-americana, que absorve 70% das vendas externas de calçados gaúchos, e pela ampla crise que se abateu sobre a Argentina, o segundo maior parceiro comercial do Rio Grande do Sul até 2000, acarretando novos recuos na produção industrial. Em termos do resultado das exportações de calçados em 2002, os dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior mostram nova queda dos valores exportados (10,9%), acompanhada de uma diminuição de 5% no preço médio do produto exportado¹².

A busca constante por novos mercados e a transferência de unidades produtivas para outras regiões do País, onde a matéria-prima mais barata e a existência de uma rede de amplos benefícios fiscais favorecem a redução do custo de produção do calçado, têm sido algumas das principais estratégias que vêm sendo adotadas pelos empresários do setor nos últimos anos.

As perspectivas de curto e médio prazos para a indústria calçadista não se mostram otimistas. A dependência do mercado externo continua muito acentuada. Além disso, persiste a enorme importância do mercado norte-americano para as exportações do setor, apesar da constante procura por novos consumidores. O desdobramento da política externa norte-americana no que se refere aos conflitos com o Iraque e a Coreia do Sul pode provocar nova queda no consumo interno de calçados naquele país, que já diminuiu 9%. O fator positivo, pelo

¹² O preço médio do sapato brasileiro vendido para os EUA em 2002 foi de US\$ 11,6, enquanto o sapato italiano, famoso pela sofisticação no *design*, na utilização de materiais e nas cores, dentre outros fatores, foi de US\$ 24,3 (Fernandes, 2002).

menos até o final do primeiro trimestre, é a existência de uma boa carteira de pedidos, que deverá garantir o pleno ritmo de produção das fábricas durante o verão.

A estratégia predominante nas empresas gaúchas tem se pautado pela necessidade de agregar valor ao calçado, investindo em *design* e em desenvolvimento de produto, no que se refere ao produto destinado ao mercado externo. Já no caso do mercado interno, Fernandes (2002) alerta para o efeito restritivo da baixa renda *per capita* do brasileiro, fato que requer substituição da matéria-prima couro por outros produtos alternativos e busca de maior produtividade para tornar o calçado mais acessível para a população.

Bibliografia

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA: 1957-2001. São Paulo: ANFAVEA, 2002.

ATIVIDADE industrial do RS em 2002, A. **Informe Econômico**; de 30/12/02 a 6/1/03. Porto Alegre: FIERGS/CIERGS. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/noti8.htm> Acesso em: 07 jan. 2003.

BALANÇO econômico 2002 & perspectivas 2003. Porto Alegre: FIERGS/CIERGS; Assessoria Econômica, dez. 2002.

BOLETIM DE CONJUNTURA. IPEA. Rio de Janeiro, n. 19, out.nov. 2002.

CALANDRO, Maria Lucrécia; CAMPOS, Silvia Horst. O desempenho da indústria em 2001: uma trajetória de desaceleração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 129-151, fev. 2002.

CAMPOS, Silvia Horst. Indústria gaúcha no primeiro quadrimestre de 2002: recuperação incerta. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 59-78, set. 2002a.

CAMPOS, Silvia Horst. Mobiliário no RS: desempenho desfavorável. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 11, n. 12, p. 6, dez. 2002b.

CARTA DA ANFAVEA. São Paulo: ANFAVEA, n. 200, jan. 2003.

DESEMPENHO industrial consolida tendência de recuperação. **Informe Econômico** de 6/1 a 13/1. Porto Alegre: Fiergs. Disponível em: <http://fiergs.org.br/noti7.htm> Acesso em: 14 jan. 2003.

FACCHINI, Claudia. Indústria de eletrônicos enfrenta pior cenário. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B1, 18; 20 out. 2002.

FERNANDES, Ana Paula. Pisando (quase) firme no mundo lá fora. **Rumos**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 198, p. 10-14, jul. 2002.

FRANCO, Luciana. Exportações de máquinas agrícolas crescem 20%. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 7 ago. 2002. p. A16.

INDICADORES DIESP. São Paulo: Fundap, v. 11, n. 92, set. nov. 2002.

INDICADORES INDUSTRIAIS. Rio de Janeiro: CNI, ano 12, n. 10, out. 2002

INFORME PED. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento/FEE, v. 23, n. 11, nov. 2002.

LIMA, Rubens Soares de. A indústria gaúcha em 2000: crônica de uma recuperação anunciada. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 111-132, mar. 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Superávit do agronegócio já atinge US\$ 19,85 bilhões nos últimos 12 meses**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/html/noticias/noto2.htm> Acesso em: 15 jan. 2003.

NEUMANN, D. Luciano Coutinho propõe medidas de efeito imediato. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A12, 3 jul. 2002.

NEUMANN, D; GÓES, F; DURÃO, Vera S. Dólar a R\$ 3 ainda daria ganhos aos exportadores. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A3, 13 jan. 2002.

OLMOS, Marli. Autopeças calculam defasagem de 28,27%. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B-7, 20, 21- 22 dez. 2002.

PANORAMA da indústria indica conjuntura favorável. Porto Alegre: Fiergs. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/noti33.htm> Acesso em: 15 jan. 2003.

PESQUISA industrial mensal: produção física Brasil — outubro. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/indicadores/industrial/pimfbr/default.shtm> Acesso em: 10 dez. 2002.

PESQUISA industrial mensal: produção física regional — outubro. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/indicadores/industrial/pimpfregional/default.shtm> Acesso em: 18 dez. 2002.

POLÍTICA de desenvolvimento industrial: o que é e o que representa para o Brasil, A. São Paulo: IEDI, abr. 2002

PRODUÇÃO física industrial: número-índice (2001-2002). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: [www.http://sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br) Acesso em: 23 dez. 2002.

RITTNER, Daniel. Política industrial será breçada por europeus. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A4, 19 de nov. 2002.

SAUERESSIG, Denise. Setor espera continuidade do Moderfrota em 2003. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 dez. 2002, p. 10.

SILVA, Cleide. Para montadoras, 2003 será o ano da virada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2002, p. B3.

SUMA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, n. 296, dez. 2002.

TREVISAN, Cláudia. Produção e exportação de fumo batem recordes. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B8, 5 nov. 2002.